

O TEMPO DOS PATRÕES

EXTRATIVISMO, COMERCIANTES

E HISTÓRIA INDÍGENA NO NOROESTE DA AMAZÔNIA

O pano de fundo deste artigo diz respeito à história do contato entre os Índios do alto rio Negro (Amazonas, Brasil) e a parcela da penetração ocidental na região representada pelo comércio mercantil de produtos extrativos, que tem origem no início do século XIX. A partir das primeiras décadas desse século (WRIGHT 1992, pp. 264-266), os índios defrontaram-se com novas formas de penetração ocidental: comércio mercantil, programas governamentais de "civilização e catequese" (c. 1830-1860), exploração da borracha (c. 1870-1920) e novas missões religiosas (1914 até o presente). Maior ênfase será dada, porém, à história mais recente (últimos cinquenta anos), a partir da utilização de depoimentos orais dos índios sobre os comerciantes e o trabalho extrativista. Consideramos que tal objeto de análise corresponde a uma das chaves importantes para a compreensão da atual dinâmica sócio-político-cultural dos índios daquela região⁽¹⁾.

A atividade extrativista no alto rio Negro envolve uma rede social composta basicamente de dois elementos: produtores ou coletores, "fregueses", e comerciantes ou regatões, "patrões". A definição de "freguês" e "patrão", que são categorias nativas, se modifica em função de relações sociais verticais, ou seja, um "patrão" pode ser também "freguês" e vice-versa, dependendo de sua localização dentro da estrutura de poder vertical do extrativismo, que funciona como uma cadeia de "patrões" e "fregueses". Os produtores são, em sua grande maioria, pertencentes às várias etnias indígenas habitantes da região. Tecerei aqui algumas considerações sobre essa figura do comerciante no alto rio Negro, procurando enfatizar as formas pelas quais esse comerciante tem agido na sua relação com os índios. Objetiva-se mostrar que a violência, manifesta de formas diferenciadas, é um fator inerente ao caráter mesmo dessa categoria social historicamente presente na região, mesmo antes do período de exploração da borracha, por volta de 1870 a 1920 (WRIGHT 1992, p. 264).

(1) O estudo de campo foi feito principalmente na região do rio Xié (afluente superior direito do rio Negro), entre os Índios werekena e baré que ainda hoje mantêm relações com comerciantes devido à atividade extrativa da fibra piaçava (*Leopoldinia piassaba* Wall.), utilizada pelo mercado fora da região na fabricação de vassouras e outros produtos similares (MEIRA 1993).

O EXTRATIVISMO E A VIOLÊNCIA DOS COMERCIANTES

Os comerciantes de produtos extrativos são indivíduos com os quais os índios do rio Negro mantêm uma longa história de contato. A penetração dos comerciantes, ditos regatões, no rio Negro, começou a partir do início do século XIX. Comprova-o um ofício enviado pelo Presidente da Província do Pará ao Ouvidor do Rio Negro em 1821, a respeito da "civilização e aldeamento dos índios", no qual invoca-lhe

punir severamente os comandantes e autoridades, que maltrataram os gentios, e *aqueles mercadores que os enganaram nas suas permutações*, desacreditando assim a moral, que se lhes pretende insinuar (*apud SILVA 1833*, pp. 267-269) [grifo nosso].

Ou seja, o chefe de Estado procurava, em 1821, coibir excessos contra os índios, que já eram correntes no rio Negro, feitos pelos "mercadores" e também pelas autoridades civis e militares. Vale lembrar que muitas vezes na história daquela região ficaria difícil distinguir comerciantes de autoridades, e vice-versa, pois todos constituíam as duas faces da mesma moeda, que era a violência na exploração do trabalho indígena.

Na Venezuela, no mesmo período, o comércio com os índios não era muito diferente do Brasil. Relato de Codazzi, datado de 1838, numa carta a um superior (TAVERA-ACOSTA 1927, p. 67), ressalta a utilização dos cargos públicos pelos brancos como forma de explorar o comércio com os índios :

Los Índios, señor, no están seguros ni en sus casas, ni en sus labranzas, porque el día menos pensado les llega un aviso del alcaide para que se presenten a su tribunal : allí reciben la orden de marchar a la cabecera del Cantón a ponerse a la disposición del jefe político. Estos infelices tienen que tomar sus canoas y hacerse de viveres para diez o quince días ; y al llegar delante de este satrapa, son recibidos peor que esclavos y mandados de peones a la casa del mismo Político y demás criollos, los cuales los emplean sea en la pesca, en la casa, en ir a la manteca, a la zarrapia, a buscar zarza, a cortar madera, a hacerles lanchas y otras embarcaciones : y no se les empieza a pagar sino del día que entran al trabajo y de que modo ? en mercancías a precios tan exorbitantes que al fin del mês el hombre ha ganado un peso o doce reales, graduado por ellos a 4 o 5 pesos. [...] Tengo rubor, pues es preciso decirle que ha habido Juez Político que hacía visitas a todos los pueblos con sólo el fin de tener con ellos un comercio exclusivo y a traer cuantos peones podía ; y por colmo de vergienza, exigía a cada uno de ellos la mejor y más joven india para su uso. No és necesario más para dar una idea exata de una primera autoridad ; y se puede de allí deducir lo que podrán ser los demás...

Como se vê, tanto do lado brasileiro quanto venezuelano, a partir do início do século XIX, muitos índios foram envolvidos na exploração extrativa do cacau, da salsaparrilha, da piaçava, do puxuri, da balata, e depois da borracha, entre outros produtos, e submetidos a trabalhos compulsórios pelos comerciantes. Isto deu início a migrações forçadas e fugas de vários índios que foram transportados pelos comerciantes para trabalharem nos diversos mananciais de produtos extrativos (WRIGHT 1992, pp. 263-266).

Baseado em documentos da Diretoria e Missões de Índios, coligidos na *Revista do Archivo do Amazonas*, ARANHA (1907, pp. 63-65), lista algumas

características que os comerciantes teriam levado aos índios do alto rio Negro no final do século XIX :

o vício de embriaguez, a prostituição, os crimes de furto, roubo, homicídio e de reduzir pessoas livres à escravidão, comprando do pai, a troca das mesmas mercadorias, filhos e filhas... [...] Contractados por tempo de poucos meses, ali os seduz ao captiveiro para nunca mais deixarem que volvam á sua casa e nesta continuarem a zelar e arrimar suas famílias, cuidar de suas roças, pescarias e caçadas, evitar que fique reduzida ao mais triste e desolador abandono...

Muitos desses aspectos da história do século XIX desdobraram-se no século XX. A presença dos comerciantes intensificou-se e a exploração do trabalho indígena nos seringais, piaçavais e balatais atingiu em cheio os grupos indígenas do rio Negro. A memória oral indígena ressalta, por exemplo, a ação violenta do comerciante português Antonio Castanheira Fontes, que no início desse século era "o maior comerciante do 'baixo rio Negro' ". Um velho Baré conta que seu pai, nascido em 1888, trabalhou com este comerciante e

chegou a ver na casa do comerciante português um toco de pau-brasil com correntes para amarrar os fregueses e surrá-los com chicote.

De fato, o sanitarista brasileiro Oswaldo CRUZ (1913, p. 106), num relatório que escreveu sobre a situação médico-sanitária do vale do Amazonas no início do século XX, reporta-se a situação do trabalho indígena nos seringais do rio Negro da seguinte forma :

Os trabalhadores de seringais neste barracão são quase todos índios, de diversas tribos. Apresentam-se aqui, como em todo o rio Negro, numa condição física e moral das mais precárias, sendo os homens de estatura pequena, de constituição pouco robusta e de aspecto geral pouco simpático. As mulheres são extremamente feias [*sic*], muito precocemente envelhecidas, ou melhor, trazendo desde a mocidade estigmas da velhice. Predomina em ambos os sexos a mais extrema indolência. Só trabalham forçados pelo proprietário e o fazem sem qualquer ambição de fortuna, visando exclusivamente à própria manutenção, contentando-se com pequenas dádivas de roupas, aguardente, etc. Pelo que, dada essa inferioridade nos indivíduos dessa raça [*sic*], são eles muito explorados aí pelo branco, tendo no rio Negro, mais do que em qualquer outro, a exata impressão de escravidão.

Oswaldo Cruz também indica em seu relato a migração forçada de Índios oriundos do alto rio Negro para o "baixo rio Negro", pois afirma que "quando os proprietários de seringais do rio Negro têm necessidade de novos fregueses vão procurá-los muitas vezes além de S. Gabriel, no rio Caiari (Uaupés), muito habitado, e além, nos limites com a Venezuela" (*ibid.*). Nos anos vinte deste século, o Marechal Boanerges Lopes de Souza (1959 [1927]), viajando pela Comissão brasileira de limites, entrou em contato com um tuchaua do Xié que havia trabalhado, há cerca de 16 anos, no rio Paduari (médio rio Negro). Este tuchaua informou-lhe o seguinte :

Por ocasião da alta da borracha – em 1912 – atraídos pela abundância desse produto no Paduari, para lá emigraram muitos habitantes do Xié, conduzidos por seringueiros que lhes facilitavam o

transporte e o aviamento ; mas o Padauari era o celeiro da morte ! As febres e o beri-beri dizimaram quase todos aqueles que, seduzidos pela esperança de ganhar dinheiro, lhe penetraram as matas. O impaludismo ceifou centenas de vidas.

Apesar de toda essa violência, como veremos adiante, muitas famílias conseguiram fugir dos patrões e retornar às suas regiões, sobretudo as que escaparam das epidemias que grassavam nessas zonas de exploração, como a malária.

Curt NIMUENDAJÚ (1982 [1927], p. 183), no seu relatório de viagem pelo alto rio Negro feito para o SPI (Serviço de proteção aos Índios), faz um comentário sobre os comerciantes e suas relações com os índios que, com as devidas proporções, poderia ser perfeitamente aplicado à situação atual da região. Senão vejamos :

Todos os que negociam com índios sabem perfeitamente que, salvo raras exceções, nenhum deles paga voluntariamente o que deve, mas só debaixo de maior ou menor pressão exercida pelo credor. Em vez porém de lhe negar a vista, o comerciante, pelo contrário, trata de arrumar quanto antes uma dívida nas costas do índio, já calculando de adquirir desta forma o "direito" de cativar o devedor e de obrigá-lo ao pagamento da maneira como o negociante bem entender, ficando o índio assim muitas vezes em condições piores que as do cativo legal, pois não representa para o seu senhor um objeto de valor intrínseco que faz parte de sua fortuna, senão somente o valor daquela dívida. [...] Duvido que exista no meio deles [civilizados da região] um único amigo dedicado dos índios capaz de colocar os interesses destes acima dos seus lucros particulares e das suas relações pessoais na zona. Muitos deles fazem até grande empenho de serem nomeados delegados do SPI na convicção de que este cargo entrega-lhe nas mãos a ambicionada posse dos índios, esforçando-os ao mesmo tempo de proceder contra qualquer outro que lhes queira disputar essa posse. Os poucos civilizados que nesta região se encontram são ou foram negociantes e balateiros e como tais viciados no sistema compulsório acima estigmatizado.

Seguindo na mesma linha, o cientista José Cândido de Melo Carvalho nos dá este depoimento de 1949, quando viajou por toda a região do alto rio Negro (CARVALHO 1952, p. 23) :

Todos com quem conversei neste trecho (médio rio Negro) são unânimes em afirmar que certos brancos desta região exploram demasiadamente os índios, obrigando-os a levarem uma vida de verdadeira escravidão. Vão aos altos rios, contratam índios por três meses e, uma vez no médio ou baixo rio Negro, são os mesmos retidos por três anos ou mais. A alegação é sempre a mesma, i. e., o pagamento de contas inexistentes, forçadas a bico de pena, cheias de menções de bugingangas que mais serviriam para brinquedo de crianças, todas vendidas por preços astronômicos.

A tradição oral indígena não oferece qualquer contestação a essas histórias narradas por viajantes e pesquisadores. Num depoimento que obtive, em 1990, de um índio *Dâw* (Maku) da aldeia de Uaroá, próxima a São Gabriel da Cachoeira, este relatou que os comerciantes para os quais trabalharam desde muitos anos (provavelmente desde os anos 1940) "não prestavam, nos roubavam, não pagavam bem, brigavam, gritavam, batiam, traziam cachaça e vendiam a mercadoria mais caro". Pude comprovar este

relato quando entrevistei um índio Tukano que havia trabalhado na piaçava com aqueles *Dâw* em 1973 : o comerciante, contou,

maltratava muito os Kamã (*Dâw*) na época do fábriço da piaçava no Curicuriari. Vi várias vezes o comerciante enrabar meninas de 10-11 anos, Kamã, que ele embriagava com cachaça. Quando os Kamã produziam 40 kg de piaçava, ele pagava, em troca, apenas meia lata de farinha. Se produziam somente 30 kg, não pagava nenhuma farinha. Gostava de embriagar os Kamã no mato, levando várias grades de cachaça.

Outro exemplo é a história de um velho Baniwa, atualmente morador do rio Negro, que cortou piaçava no rio Padauari entre 1934 e 1942 (dos 10 aos 18 anos), sem sair daquele rio. Conta que seu patrão, de nome "Sargento Guilherme", um ex-comandante militar de Cucuí, havia levado para os piaçavais do Padauari várias famílias indígenas do rio Xié e Içana que jamais voltaram para casa, apesar de algumas terem conseguido escapar de seu cativoiro, além de ter explorado também os Yanomami que possuíam então uma maloca naquele rio, com cerca de 200 indivíduos, os quais cortavam piaçava em troca de panelas, facas, terçados, etc.

UMA REDE HIERÁRQUICA DE COMERCIANTES

O comerciante constitui uma categoria heterogênea : historicamente podemos dividi-la em três tipos, tomando como parâmetro básico seu poder econômico e político : grandes, médios e pequenos. Os três principais grandes comerciantes que atuavam no rio Negro desde o início deste século até os anos 50 e 60 foram as firmas J.G. Araújo, J.S. Amorim e Higson Co. Ltd. Nesse período, essas firmas praticamente monopolizavam a exploração e comercialização dos produtos para fora da região, mantendo também sob seu controle uma razoável rede de pequenos e médios comerciantes que se distribuíam pelas áreas próximas dos piaçavais ou outros pontos de exploração extrativa. J.G., como era conhecido, tinha uma filial de seu comércio na cidade de Santa Izabel do rio Negro, e era nada menos que o mais poderoso comerciante do Amazonas naquele período.

A categoria dos médios comerciantes, desde o final do século XIX, estava formada basicamente por indivíduos brancos, vindos de fora da região, principalmente do Pará, Maranhão e Ceará, e inclusive do exterior, como venezuelanos, portugueses, espanhóis e seus descendentes. Como vimos, podiam eventualmente estar envolvidos em outras atividades como, por exemplo, ex-militares do Batalhão de fronteira de Cucuí, agentes do SPI ou outros cargos da burocracia municipal, como foi o caso do poderoso comerciante Graciliano Gonçalves, dos anos vinte e trinta, que chegou a ser prefeito de São Gabriel da Cachoeira.

Desses comerciantes, ficaram famosos no alto rio Negro principalmente a família de Manoel Antonio de Albuquerque, conhecido como Manduca ou "tira-couro" (então Diretor dos Índios), que era o todo-poderoso do rio Uaupés, juntamente com seus irmãos, e que praticaram todo tipo de violências físicas contra os índios Tukano, sobretudo na exploração de borracha naquele rio e seus afluentes Papuri e Tiquié. Outro famoso comerciante contemporâneo dos Albuquerque foi o espanhol Germano Garrido, cujo poder alcançava os rios Içana e Xié. Contam os índios que os

Garrido sempre foram menos violentos que os Albuquerque, tendo havido inclusive lutas armadas entre as duas famílias, no início deste século, na altura da comunidade de São Felipe, antiga moradia dos Garrido, no rio Negro, um pouco à jusante da foz do rio Içana. Vejamos a narrativa de um neto de Germano Garrido sobre o seu avô :

Meu avô [Germano Garrido] chegou aqui com 20 anos e gostou do sítio de São Felipe e comprou aí do pessoal e se casou com uma mulher de Marabitanas. Aí pronto ! Ele ficou, ganhou muito dinheiro, foi um comerciante forte daqui, era ele que abastecia o Içana todinho, porque naquele tempo os içaneiros, que nem o pessoal do Xié, eles andavam despidos, assim só com cueiozinho, eu ainda cheguei a ver isso... as mulheres só daquelas saiazinhas pretinhas, tudo sujo, e os homens com o cueiozinho, meninos também, no Xié e no rio Içana. Era uns lugares... não tinha comércio, o comércio deles era muito pouco.(...) Então o meu avô abastecia o Içana todinho, o pessoal vinha pra comprar umas coisinhas com ele, sal, sabãozinho, ele era uma pessoa muito rica. Fazia viagens pra cima [Rio Negro, Içana e Xié] e mandava os filhos, porque ele teve muitos filhos. Ele não teve só uma mulher não, teve várias mulheres o tuchaua velho aqui do rio Negro, o espanhol velho. Chegou por aqui e aqui enriqueceu pra bem dizer, porque vinha mercadoria de lá da terra dele, pra vender. Porque ele abastecia tudo né, pra bem dizer, *o Içana todo era dele* [grifo nosso]. Então ele mandava nisso e os Albuquerque [Manduca] mandavam aqui no rio Uaupés naquele tempo. Mas eles eram bárbaros, maltratavam muito os índios...

Essas duas famílias constituíam claramente dois "feudos" na região, disputando entre si espaços de poder local. Com violência física ou não, porém, esses comerciantes todos, como apontou Nimuendajú de forma precisa, praticaram a extorção do trabalho indígena no extrativismo: borracha, sorva, piaçava, balata, ucuquirana, peles de felinos, ou seja, tudo o que a mata e o trabalho indígena poderiam produzir para o mercado. Este médio comerciante tinha fregueses indígenas e vendia o produto extrativo para Graciliano Gonçalves, que por sua vez o revendia a J.G. Araújo ou outros grandes comerciantes de Manaus.

Dentre os pequenos comerciantes, houve muitos descendentes de índios Baré que naquela ocasião preferiram ocultar sua origem indígena e assim penetrar na rede de comércio acima apontada, mas geralmente trabalhando na base dessa estrutura de poder, e assim sendo interlocutores tanto dos produtores diretos ("fregueses") como dos médios comerciantes. Observei que esses pequenos comerciantes indígenas foram mais frequentes na região à jusante de São Gabriel da Cachoeira. Ocorreu também que muitos comerciantes brancos, como Germano Garrido, casavam na região com mulheres indígenas, muitas do povo baré, provocando grande miscigenação na área do rio Negro, e criando vínculos de parentesco e compadrio entre os comerciantes brancos e os índios, e abrindo espaço para alguns "cunhados" indígenas que atuavam como pequenos intermediários entre ele e os fregueses.

Essa rede de pequenos, médios e grandes comerciantes foi responsável em grande parte pelo deslocamento compulsório de populações indígenas de suas regiões de origem, apontadas acima, para as áreas de exploração extrativa. Entretanto, quando do final do "fábrica" ou após a crise de certo produto, como foi o caso da borracha e da balata, muitas famílias ou indivíduos retornavam a suas regiões. É nesse sentido que a exploração do

trabalho extrativo pelos comerciantes é um dos componentes fundamentais para se compreender, hoje, as sociedades indígenas do alto rio Negro. Um exemplo disso é a situação atual dos Baré, muito envolvidos nesse trabalho, que buscam reconquistar sua identidade indígena, como também a grande presença de índios da família Tukano no médio Rio Negro, descendentes de trabalhadores indígenas descidos ao extrativismo ainda no século XIX.

Nos últimos trinta anos, principalmente devido ao decréscimo da atividade extrativa na região, provocada sobretudo por fatores externos, a categoria do "grande comerciante", tais como J.G. Araújo e Higson, se extinguiu no alto rio Negro, mantendo-se apenas, com poder reduzido, mas ainda importante, o "pequeno" e o "médio", este agora estabelecendo a conexão com o mercado fora da região. A maioria dos pequenos comerciantes é indígena, que negocia com seus patrões mestiços ou brancos. Há porém muitos médios comerciantes, como no caso dos que atuam no rio Xié, que mantêm seu vínculo diretamente com os fregueses, sem o intermédio do pequeno comerciante.

Esta rede hierárquica de comerciantes, que de certa forma se desmontou com a crise da borracha a partir dos anos vinte, mantêm-se, como se vê, bastante viva na sociologia contemporânea do alto rio Negro. E nessa estrutura hierárquica que vem desde o século XIX, continua muito forte na região o embricamento das relações de parentesco entre comerciantes e fregueses, como também as relações de compadrio. A condição de patrão, nessa estrutura, não pode ser jamais separada da condição de padrinho ou de compadre, conferindo aos patrões uma importância social que vai além da relação econômica *stricto sensu*, ou seja, não se configura uma relação contratual.

O "TEMPO DOS PATRÕES"

Como forma de ilustrar a relação entre um patrão e um freguês no alto rio Negro, selecionamos alguns depoimentos indígenas paradigmáticos que ilustram essa forma de relação não contratual, e que revelam algumas faces da estrutura de poder que lhe é intrínseca: a ambiguidade da violência, o controle total que o sistema impõe ao freguês, ficando este à mercê não somente das variações e instabilidades do mercado ao qual não lhe é dado acesso direto, mas também dos humores e particularidades do patrão. Resta ao freguês apenas a possibilidade, nem sempre viável, de transitar entre patrões, sempre enredado no sistema.

Milton Baltazar, do povo indígena baré e morador da comunidade de Campinas, no rio Xié, tem hoje 53 anos. Começou a trabalhar no extrativismo ainda adolescente, por volta de 1950. Seu pai, Manoel Baltazar, hoje com cerca de 80 anos, morador de Cumati-Cachoeira, também teve essa trajetória, tendo principiado a trabalhar já nos anos 20. Tanto seu Manoel quanto seu filho Milton, como também os outros Baré e Werekena, moradores do rio Xié, como vimos, vêm desde o início deste século trabalhando no extrativismo da borracha, da balata, da sorva, da piaçava, entre outros produtos. Vejamos a trajetória do senhor Milton:

[Eu nasci] aqui no rio Xié mesmo, lá em cima. Eu comecei [no extrativismo] assim com quinze anos já né, mas quando eu tava pequeno ainda mesmo de dez eu já estava trabalhando aqui nesse rio mesmo, [com] piaçava, seringa, borracha pra bem dizer né, cipó, é só

mesmo o que eu trabalhava aqui. Tem sorva também, eu trabalhava também sorva. A gente começava antigamente, era tinha esse tal... tinha um branco aqui, eu comecei era com um tal de finado, chamava ele Lucas mesmo né, daqui. Eu comecei com ele, trabalhei com ele. Lucas, ele veio lá de baixo, da cidade, eu não sei mas ele era lá de baixo. Aí eu comecei, aí entraram outros, né. Primeiro começou a trabalhar por aqui foi o seu Wilson Andrade, né. Trabalhei piaçava com ele ainda aqui no Xié mesmo. Com esse, agora-agora já né, depois que eu já me casei, né. Antes dele era com o finado Lucas, que eu já falei né, antigamente ainda, quando eu estava pequeno ainda. Depois daí que eu já saí já pra trabalhar lá pra baixo. Eu tinha quinze anos, como eu falei né, trabalhei com o finado, um tal de, aquele finado, ele morava lá no Paduari né, o nome dele é Sargento Guilherme, passei assim quase três anos com ele pra lá. Eu trabalhava lá com ele piaçava, mesmo, lá no Paduari, tem um galho, era o nome tabaco, aí nesse galho, a gente trabalhava piaçava, a gente ficava trabalhando até nós pegamos um galho, um igarapé lá de baixo já, era galho do Aracá, era nome cabeçudo. Do rio Aracá já, a gente pegava o igarapé tabaco e depois o galhozinho, como eu falei, pelo varador. Tudo piaçava. Fiquei três anos lá, só lá em cima, na boca não. Rio Preto depois que eu já saí de lá, depois de três anos aí eu fiquei lá pela boca já. Aí, quando eu cheguei pra cá [de volta], já tava com 18 anos já. Aí eu fui de novo, voltei de novo. Aí eu fui trabalhar com o Adolfo Padrón, ele morava no rio Jurubaxi. Aí eu fui lá pro rio Branco já. Lá eu fui trabalhar castanha já, só castanha. Tem um galho Anauá, aí nós trabalhamos. Nós ficamos lá quatro meses. Depois não voltei mais pra lá. Eu morava lá no sítio dele, aí no Jurubaxi, aí eu fiquei três anos e meio morando lá. Eu trabalhava lá no Jurubaxi, sorva, cipó, ucuquirana, maçaranduba do igapó, a maçaranduba tirava o leite pra fazer bloco mesmo, né. Depois eu voltei de lá já pra cá, subindo, aí eu fui trabalhar já pra esse tal de Marié também, fiquei seis meses lá. Eu trabalhava com o irmão dele [Adolfo], um tal de Miguel Padrón. Eu já estava com uns vinte e três anos, por aí, né. Lá eu trabalhei piaçava, aí eu fiz espia de piaçava. Nós fizemos de 5, de 3, de 4 polegadas, com 60 metros. Lá nós fizemos cem peças, que é aquele enrolado de corda.

Pode-se notar nesta narrativa que a vida do senhor Milton teve fases distintas, pontuadas sequencialmente pelos "patrões" aos quais estava relacionado, fases que combinavam, por sua vez, com a produção extrativa em certas regiões determinadas pelo "patrão". Durante toda sua vida, portanto, vivia na órbita de alguns patrões, mas não sem tensões e conflitos que gerassem mudanças orbitais eventuais.

Esse tipo de formulação cronológica não se restringe aos índios do rio Xié, mas também pode ser observada entre os Baniwa do rio Içana, como demonstram os depoimentos desses índios recolhidos por Adélia Oliveira (1979, pp. 10-29), no Içana em 1971, dos quais podemos tomar aqui um exemplo:

Nasci em Sta. Rita (Rio Cuiari), lugar que fica acima do Tunuí. Vivi lá até 10-12 anos. Por essa época o padre José e os regatões andavam por lá. O pai vendia farinha para os regatões. A gente não trabalhava com cipó nem sorva nessa época. Depois viemos para maçarico, viver com o Miguel, pai de Eduardo. Ficamos lá pouco tempo. Só cinco meses. Fomos para Acutiacanga. Meu pai foi quem criou o lugar. Só morávamos nós nesse lugar. Trabalhávamos para regatão, vendendo a eles farinha, ucuquirana, chiclê. Nesse tempo

ainda não trabalhávamos com sorva. Eu tinha 12 anos. Vivemos lá bastante tempo e aí chegou um regatão pedindo gente pra trabalhar com chicle, acima de Cucuí, na Colômbia. O patrão era o João Garrido, um brasileiro. Eu fui sozinho trabalhar com maçaranduba (chicle). Tinha mais ou menos 15 anos e o patrão me tratou como se eu fosse filho dele. Vivi lá sete meses. Depois subimos mais na Colômbia, indo até a cabeceira do rio Negro. Além de mim haviam outros Baniwa (Corripaco), da Colômbia. Subimos mais até o Inírida, na boca do Papunaua. Tivemos que pedir permissão a um comissário, pagando ilegalmente, para trabalhar com maçaranduba. Aí em cima trabalhei dois meses. Depois baixamos até a casa do comissário, acima de Cucuí, na Colômbia. Depois paramos no Cucuí para visitar o comandante. Aí voltei para Acutiacanga. Vivemos aí, fazendo roça, vendendo chicle, farinha. Outra vez chegou regatão e eu fui trabalhar com ele, ajudando a comprar farinha. Carregar farinha, remar, cozinhar, era esse o meu trabalho. Chegamos até a boca do Janá, afluente do Cuiari, fronteira com a Colômbia. Tinha por essa época 17-18 anos. Vivi mais um tempo em Acutiacanga, sempre em contato com regatões.

Estes depoimentos expõem como os índios "trafegaram" e "construíram" suas existências em volta dos regatões e da produção extrativa. Mesmo sem citar o nome de muitos patrões, é bastante evidente que toda essa trajetória de vida está pontuada ou marcada espaço-temporalmente pelas relações que esse freguês manteve com diversos comerciantes, que também são caracterizados de forma diferenciada, destacando-se aqueles "ruins" e os "bons", cujas diferenças entre si parecem depender das formas de relação de poder entre patrão e freguês, a violência explícita ora, no caso do Sargento Guilherme, ora "paternalista", ou seja, "o patrão me tratou como se eu fosse filho dele". Tal duplicidade ainda pode ser observada atualmente no caso particular do extrativismo da piaçava no rio Xié.

Podemos ilustrar essa visão espaço-temporal a partir de um exemplo: uma migração forçada de trabalhadores indígenas do Xié para o corte de piaçava, levada a cabo, nos anos 40 e 50, pelo Sargento Guilherme, regatão. Personagem que se tornou conhecido pelos índios do Xié e Içana como um indivíduo bastante violento e explorador. Foi o "tempo do Sargento Guilherme", que por sua vez está associado aquela migração forçada ao rio Preto.

Depoimento colhido por OLIVEIRA (pp. 20-21) informa que várias famílias Baniwa se deslocaram com o comerciante e trabalharam com ele da seguinte forma:

Fomos na lancha do Sargento Guilherme, trabalhar para ele em piaçava. Ele não foi correto, não pagou direito. Ficamos lá nove meses. Trabalhei cerca de 4.500 kg de fibra e só recebi como pagamento uma calça, três cortes para vestido, uma panela de alumínio e um par de sapatos. E ganhava um paneiro de farinha por mês. Não pagou o saldo prometido.

Num momento imediatamente anterior à migração forçada que o Sargento Guilherme provocou no Xié, em 1943, este teve um entreviro com seus fregueses de piaçava que então trabalhavam no Igarapé Já, afluente do rio Marié. Tive a oportunidade de entrevistar um desses fregueses, que narrou a história que ficou gravada em detalhes na sua memória. Trata-se de um acontecimento paradigmático que pode ilustrar a situação da exploração extrativa no rio Negro neste século, como também as relações de

poder regional, demonstrando, por antecipação, o sofrimento que as famílias posteriormente levadas do Xié para o Padauari sofreram nas mãos desse comerciante. De fato, não é sem motivos que os índios do Xié e Içana fazem tamanha alusão aquele período de sua história recente.

O "marinheiro" (freguês que trabalhava como remador no barco do patrão) do Sargento Guilherme em 1943, Sr. Graciliano, hoje morador e capitão da comunidade N. S. Auxiliadora, na ilha de Uábada, rio Negro, próximo à foz do rio Cauaboris, conta que seu patrão viajava muito ao Xié, "só pra lá que o patrão regateava, comprava farinha, chicle, ucuquirana, piaçava mesmo". Conta que teve uma briga com seu patrão, provocada pela exploração de piaçava no rio Marié, e somente depois dessa época o Sargento começou a transferir pessoas do Xié para o Padauari, portanto já no final dos anos quarenta. Vejamos o seu depoimento:

Essa história de briga nossa com ele foi negócio de produto mesmo, de piaçava, preço de piaçava, ele prometeu de pagar Cr\$ 2,00 naquele tempo, veio embarcar produto aqui pro finado Amado [outro comerciante]. Deixou nós lá [no rio Marié] com uma lata de farinha pra cada freguês, né. E passou vinte dias pra cá. A farinha acabou, nós passamos oito dias sem farinha, sem comer, sem nada, só comida mesmo, peixe, alguma coisa, sem farinha sem nada. Tinha gente, aquelas velhas, não aguentava mais com fome, andava caindo já.

Aí já que ele chegou, já pra brigar, como diz o outro. Aí ele deu uma garrafa de cachaça pra cada um, pra cada freguês. Mas ninguém tinha bebida ainda, sabe, nós deixamos tudo lá, ele começou a conversar e tal, aí numa brincadeira com meu companheiro, eu falei né, com meu companheiro, "rapaz, abre tua garrafa de cachaça!", eu brincando com ele né, com o rapaz, "vocês que fizeram muita piaçava, abre logo pra nós beber!".

Aí ele respondeu de lá, o Sargento Guilherme, que estava sentado numa caixa. Ele estava sentado na beira do barracão. "E tu", ele disse, "quantos pacotes tu fez?", eu disse, "eu fiz 21 pacotes". Agora, tem quatro no meio do varador. Não pude trazer porque eu levei uma espetada no pé, aí não podia mais carregar peso, aí deixei no meio do varador. Aí ele disse pra mim: "pra pagar conta precisa de muita produção, esses 21 pacotes não dá pra pagar conta não!", assim gritando, não foi assim falando baixo, né.

Aí eu falei: "não sei, o senhor prometeu pagar Cr\$ 2,00 o quilo de piaçava, agora vem com conversa de Cr\$ 1,00", eu disse. "Assim nesse preço ninguém paga a conta", eu disse. "Vocês tão é roubando", eu disse.

Aí ele levantou e falou: "quem é que rouba!?", "quem é que rouba é o senhor porque o senhor está dizendo que está pagando a Cr\$ 1,00, o senhor prometeu de pagar a Cr\$ 2,00 pra nós", eu disse.

Aí ele disse, "repete a palavra, quem é que rouba!?". "Quem rouba é o senhor mesmo", eu disse. Aí ele levantou, eu estava sentado, aí ele trouxe assim uma garrafa de cachaça, que estava perto dele. Quando ele levantou e me deu aquilo eu aparei a garrafa e empurrei ele, e caiu pra lá, eu peguei a garrafa e joguei pro lado. E quando ele levantou de novo, ele trouxe um molho de tabaco, pulou em cima de mim e eu sapequei nele bem no pé do ouvido e caiu pra lá. Mas eu não fiquei abraçado com ele, dei aquele mas eu pulei pra trás.

Aí parece que o meu irmão viu que eu estava brigando com ele, aí ele veio atracar ele, assim de trás. Aí ele tinha uma faca na cintura, ele era sargento, né. Pegou, não sei de que jeito que ele furou, parece que

pegou bem aqui em cima do pulmão, na costa. Aí meu irmão mais velho correu e segurou na mão dele, e a faca estava presa, porque a faca de punho de chifre, tinha uma segurança que ninguém podia sacar. Aí que eu fui ver, ele estava assim, aí a faca chega estava tremendo, eu vi a ponta da faca e ela estava cheia de sangue, quase dois dedos na ponta da faca. Quando eu espiei assim, eu vi meu irmão estava cheio de sangue, né, estava espirrando pra fora.

Aí meu irmão me disse, "mata ele que ele já me matou", aí ele correu foi pegar um terçado e foi dar nele mas não entrou não, estava fraco já, aí nós seguramos ele, que estava tremendo.

Aí veio um empregado dele, era um soldado também reservista. Veio deu um jeito na mão dele, abriu, nós tiramos a faca, aí segurei ele assim, meu irmão do outro lado, ele foi descendo lá pras canoas, né, e nós aguentando ele, quando estava perto da beira, nós larguemos, aí ele foi chamar o empregado dele, que chamava Mafumba, "Mafumba, vem pra cá que eles vão me matar!", "eu não fiz nada pra eles!", ele respondeu. Ele saiu com a canoa, com a velha dele sentada na canoa. "Mafumba, traz o meu rifle com bala!", ele disse.

Aí eu lembrei que ele tinha um rifle pendurado, naquela hora eu estava aperreado já, eu peguei, pensei que tinha bala, eu disse, naquela hora eu chamei ele de "meu padrinho": "meu padrinho olha pra cá que eu vou espocar tua cara de bala!", quando ele espistou eu atirei, não tinha bala no rifle, e eu atirei o rifle no rio, na água.

Aí ele fugiu, foi embora. Aí nós arrumamos nossa bagagem, nós fomos buscar nossa bagagem lá no centro. Voltamos e viajamos com ele na nossa frente.

[...] Aí baixou o Inspetor dos Índios [chefe do SPI local, Ataíde Ignácio Cardoso], baixou o comandante de lá da fronteira, um sargento, sargento Ivan. Aí ele perguntou de nós como foi que aconteceu. Eu digo, aconteceu assim.

Aí ele [o chefe do SPI] disse assim: "eu não posso fazer nada viu, o que eu posso fazer por vocês? Você sabe ler, sabe escrever?". "Nós sabemos sempre alguma coisa", eu disse. "Então vocês vão escrever pro Delegado Geral de Manaus pra vir resolver esse caso, porque esse daqui não resolve nada".

Aí nós fomos fazer uma papelada lá, como foi que aconteceu primeiro, tudo, aí eles levaram e nós subimos lá pra casa. Passado uma semana chegou o Delegado Geral de Manaus, veio buscar nós. "Foram vocês que brigaram com o Guilherme?". Foi. "Tá bom, eu já sei de tudo, não tem o que vocês conversar comigo. Como é que uma pessoa tira sangue de uma pessoa e não vai pro xadrez?", ele disse.

Esta narrativa evidencia claramente a postura das "autoridades" locais no trato de uma questão como a que foi contada, entre patrão e fregueses. O chefe do SPI, Ataíde Cardoso, toma uma posição explicitamente contrária aos índios, lembrando aqui os comentários de Nimuendajú acerca dos delegados regionais do SPI no alto rio Negro. No "tempo" de Ataíde Cardoso, que era também comerciante na sua época de SPI, manteve uma grande atividade no rio Xié, comprando piaçava em "espias" e "fardos". Nos anos 1950, Eduardo Galvão (1979, p. 156) observou que

o controle exercido pelos poucos patrões que monopolizam a exploração [de piaçava no rio Preto] é demasiado rigoroso e que a chibata ainda é um argumento para os fregueses recalcitrantes. Ao nosso tempo, um delegado especial da polícia de Manaus investigava essas alegações.

As relações de Cardoso eram mantidas com o capitão Cândido e, após sua morte, com seu filho Viriato Cândido. Nomeou este último, em 1953, oficialmente Capitão do Tunu, o que lhe configurava um enorme poder local, sobretudo como um tipo de micro-patrão, que controlava os fregueses do Xié e comandava a produção de piaçava em Tunu, parte dela "comprada pelo SPI". Contam os Índios que o capitão Viriato denunciava qualquer disputa ou briga interna dos Índios ao Ataíde, e quando este vinha recolher o produto, levava os acusados para trabalhar compulsoriamente em seu sítio numa ilha do rio Negro, como uma forma de punição. Observa-se aí como o agente do SPI utilizava sua posição de "autoridade" para conferir poderes ao líder indígena que lhe servia que, por sua vez, manipulava o status de capitão a si conferido para adquirir poder e prestígio em relação a seus pares. E tudo em benefício de seu comércio.

Em relatório do SPI de 1957, Ataíde Cardoso deixa clara sua participação, utilizando-se das vantagens de seu cargo, da exploração extrativa e do trabalho indígena. E ainda assim reclamava do pagamento dos impostos à coletoria estadual. Vejamos :

Outro caso a resolver : em todos os municípios foi criado pelo Governo do Estado o cargo de fiscal de terras e em nosso Uaupés já temos um. O cargo é Delegado regional de terras e não fiscal, como acima mencionei. A função é cobrar e proibir extração de produtos em terras devolutas do Estado, sem autorização do governo. Como sabe, a Ajudância vem se mantendo com a sua produção conseguida em terras legitimamente pertencentes aos índios, produção esta feita pelos próprios índios que são assistidos *[sic]* por essa ajudância. Peço informar se essa produção, seja cipó, sorva, borracha, balata, piaçava, etc, está sujeita ao pagamento desse imposto de taxa de exploração de terras que o governo estadual cobra, ou seja de 12,5 % sobre o bruto. Esse imposto conforme exigência atual é pago sem apelo na sede do Município. Sobre o assunto solicito esclarecimentos urgentes...

O Sargento Guilherme foi um ex-comandante de Cucuí. Abandonando o cargo, passou a se dedicar ao comércio de produtos extrativos no rio Negro. Não era o único comerciante da região naquele período, mas sua ação tem interesse aqui por dois motivos : pode ser tomado como um paradigma, na forma como se relacionava com os índios, permitindo uma compreensão de um contexto geral da época ; teve uma importância marcante para os índios do rio Xié, muitos dos quais trabalharam e morreram nas suas mãos, sendo por isso lembrado como cruel o "tempo do Sargento Guilherme".

Muitos índios do Xié, após aquela briga acima narrada, foram levados pelo Sargento para trabalhar piaçava nos rios Paduari e Preto, no médio rio Negro : o "celeiro da morte !", como sentenciara Lopes de Souza em seu *Relatório*. Este foi o caso do Sr. Milton Baltazar e seu pai, o que demonstra que o militar não sofreu nenhuma sanção punitiva em relação aquele evento, continuando a explorar os índios do Xié. Um depoimento do Sr. Milton informa-nos, completando os relatos do Sr. Graciliano e dos Baniwa do Içana, o que significava trabalhar com o Sargento :

Mal patrão sim. Se a gente ficava com ele, durante um tempo às vezes, a gente fica com ele e ele não faz a conta da gente né, então a gente não pode sair dele, né. Todo tempo a gente tá pegando mercadoria, a gente vai trabalhar, mas fazer a conta não. Até eu voltei de lá e ele não fez. Nós voltamos de lá com meu pai também. Pra

bem dizer fugidos mesmo, né. Ele saiu pra Manaus, aí nós voltamos [pro Xié], quando ele tava pra Manaus, aí a gente veio de lá. Nós saímos à noite, pra passar lá onde ele morava, porque nós morava mais aciminha, nosso sítio, né. [...] Era só eu, tem mais meus primos, eles tão todos aí no Namoin mesmo, né. E meu pai também, ele tava doente naquele tempo. O pessoal que o Sargento levou ficou tudo lá, até que nós voltamos pra cá, ficou tudo lá mesmo. [...] Como eu disse, ele não fazia a nossa conta, né. Todo tempo, ninguém pode sair dele né. A gente ficava todo tempo trabalhando, passava todo tempo, verão, inverno, a gente ficava na colocação. [...] Nós gastamos um mês e quinze dias, de Paduari até aqui, à remo mesmo, né.

O patrão que não faz a conta é o patrão que mantém sempre o freguês em débito, mesmo que este deseje fechá-la, ou seja, fazer uma produção grande até pagar tudo que deve, para poder ir embora. Nunca o Sargento Guilherme fechava a conta de um freguês. Desde que esse entrava no piaçaval, não saía mais. O Sargento possuía um sítio estrategicamente localizado à jusante das "colocações", proibindo a passagem dos fregueses, impondo sua vontade pela força das armas. Mesmo quando viajava à Manaus, deixava "encarregados" em seu sítio cumprindo suas ordens. Um outro informante indígena assegurou-me que todos os fregueses do Xié que foram para o Paduari morreram de doença, principalmente malária. Manoel Baltazar e família foram os únicos que conseguiram fugir. O Sargento exigia do freguês uma produção certa, no período de um mês. Se o freguês, ao cabo desse tempo, não produzisse o solicitado, deixava o freguês na praia sem barco, e muitas vezes quando retornava no mês seguinte, aquele já estava morto. Um último exemplo : o Sr. Renato Tomás, 41, morador de Anamuin, era o mais novo de cinco irmãos. Seus quatro irmãos mais velhos foram levados pelo Sargento Guilherme para o Paduari, cortar piaçava, no final dos anos quarenta. Nunca mais voltaram e não teve mais notícias deles.

Os relatos de alguns informantes Werekena, Baré e Baniwa apontam para uma interessante organização espaço-temporal de suas histórias de vida, que são geralmente divididas de forma cronológica e tomando como parâmetro o "tempo" em que cada indivíduo trabalhou para um certo "patrão" do extrativismo. Ou seja, pode-se estabelecer que um certo evento (uma viagem por exemplo) teria sido realizada no "tempo do patrão A", ou que no "tempo do patrão B" aquele indivíduo estaria tirando balata na Venezuela, e assim sucessivamente. Esses diversos "tempos" estão associados também a variados produtos extrativos que cada "patrão" privilegiava naquele período, certamente vinculados às oscilações de preços provocadas pelas demandas do mercado consumidor situado fora da região. A história de vida do Sr. Milton Baltazar pôde ilustrar bem essa visão do tempo.

Nesse sentido, observa-se como a figura do patrão está investida de grande importância na história dos povos indígenas do alto rio Negro, e torna-se, como indicamos no início desse trabalho, uma chave significativa para a compreensão de sua presente dinâmica sócio-cultural. Dito com outras palavras, não se pode vislumbrar a vida dos índios daquela região, atualmente, sem considerá-los como grupos que têm sua história construída não somente em função de suas relações sociais internas mas também de suas articulações externas, com o mundo dos brancos, enredados naquele sistema hierárquico acima indicado.

A partir desses relatos indígenas, podemos constatar também que ao longo da primeira metade deste século, os padrões do extrativismo no alto rio Negro, como atestam os exemplos das famílias Albuquerque e Garrido, desenvolviam estratégias de poder diferenciadas em relação a seus fregueses indígenas. No caso dos Albuquerque, a linha era a da violência explícita, ou aquilo que o antropólogo M. TAUSSIG (1984, pp. 467-97) chama de "cultura do terror", ou seja, uma cultura em que "o terror e a tortura tornam-se o modo de vida", justamente quando se refere à exploração da borracha no rio Putumayo, na Colômbia, no início deste século. Em vários momentos da história do alto rio Negro, creio, essa "cultura do terror" foi uma realidade.

Por outro lado, podemos observar que os padrões que adotaram essa estratégia da violência explícita jamais deixaram herdeiros consanguíneos que continuassem seu domínio. Por outro lado, no caso dos "bons padrões", como Germano Garrido, estes adotaram uma estratégia de poder diferenciada, e que chamo de "cultura da violência benevolente", ou seja, o controle de poder político e econômico exercido através de relações de parentesco e compadrio, garantindo ao comerciante uma imagem de "bom patrão". Nesses casos, cujo maior exemplo é o da família Garrido, observamos que o poder de comando regional se perpetua no tempo, passando de geração para geração, mantendo-se portanto ainda vivo naquela região da Amazônia.

Julho de 1994/Janeiro de 1996

Márcio MEIRA

Museu Goeldi, Belém

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARANHA, B. de F. Tenreiro 1907, "As explorações e os exploradores do rio Uaupés (continuação)", *Arquivo do Amazonas*, Manaus, I (3).
- CARVALHO, J.C.M. 1952, *Notas de viagem ao Rio Negro*, Rio de Janeiro, Universidade do Brasil.
- CRUZ, O. G. 1913, *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do valle do Amazonas*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, indústria e comércio.
- GALVÃO, E., 1979, *Encontro de sociedades : índios e brancos no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MEIRA, M. 1993, *O Tempo dos padrões : extrativismo da piaçava entre os índios do rio Xié (alto rio Negro)*, Campinas, UNICAMP, Dissertação de mestrado.
- NIMUENDAJÚ, C. 1982, "Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés", in *Textos Indigenistas*, São Paulo, Edições Loyola.
- OLIVEIRA, A. E. 1979, "Depoimentos Baniwa sobre as relações entre índios e "civilizados" no rio Negro", *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, Antropologia 72, Nova Série.
- SILVA, I. A. de C. 1833, *Corografia paraense ou descrição física, histórica, e política da província do Gram-Pará*, Bahia.
- SOUZA, B. Lopes de 1959, *Do rio Negro ao Orinoco*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura.
- TAUSSIG, M. 1984, "Culture of Terror – Space of Death. Roger Casement's Putumayo Report and the Explanation of Torture", *Society for Comparative Study of Society and History*, pp. 467-497.

-
- TAVERA-ACOSTA, B. 1927, *Rio Negro : reseña etnografica, historica y geografica del territorio Amazonas*, Maracay.
- WRIGHT, R. 1992, "História indígena do Noroeste da Amazônia, hipóteses, questões e perspectivas", *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, FAPESP/SMC/Companhia das Letras, pp. 253-266.